

Teoria crítica à brasileira:

Roberto Schwarz entre passado e presente
Fabio Mascaro Querido

Como citar: QUERIDO, F. M. Teoria crítica à brasileira: Roberto Schwarz entre passado e presente. *In:* TOTTI, M. A.; CZAJKA, R. (org.). **Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 65-86.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-056-3.p65-86>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

TEORIA CRÍTICA À BRASILEIRA: ROBERTO SCHWARZ ENTRE PASSADO E PRESENTE¹

*Fabio Mascaro Querido*²

“O passado leva consigo um índice secreto pelo qual é remetido à redenção... Se assim é, um encontro [...] está então marcado entre gerações passadas e a nossa”. Walter Benjamin.

EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA INTELECTUAL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Nacional e internacionalmente reconhecido, Roberto Schwarz é, sem dúvida, uma das figuras mais importantes da vida intelectual brasileira

¹ Em outro contexto argumentativo, alguns tópicos esboçados nesse texto foram desenvolvidos em “Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil”, publicado na revista *Lua Nova* (n.107, p.235-261, 2019). Agradeço a Michael Löwy e a Isabel Loureiro pela leitura e pelos comentários ao texto - pelo qual, é claro, sou o único responsável.

² Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UNICAMP. Autor do livro *Crise civilizatória e utopia anticapitalista em Michael Löwy* (Boitempo/Fapesp, 2016).

da segunda metade do século XX. Sua obra e sua trajetória resumem, de um ângulo singular, as experiências da esquerda intelectual e política brasileira, desde a aposta algo otimista (sobretudo quando vista em retrospectiva) nas possibilidades implícitas na radicalização do processo de modernização do final dos anos de 1950 e começo dos 1960, até o estágio contemporâneo do desenvolvimento capitalista, quando as esperanças no progresso moderno – na periferia e no centro do capitalismo – passam, na melhor das hipóteses, por uma ilusão dogmática, e, na pior, pela legitimação de uma história que caminha na direção da catástrofe.

Nascido em Viena, em 1938, quando os seus pais – judeus e com posições políticas à esquerda - já estavam com passagens compradas para deixar o país em direção à Argentina, Roberto Schwarz fará parte da primeira geração de jovens imigrantes judeus oriundos da Europa Central que entrarão para o ensino superior brasileiro. Após passar por Budapeste, pela Iugoslávia, pela Itália e pela França, em seguida à anexação da Áustria pela Alemanha nazista, a família Schwarz chega ao Brasil – através de atestados falsos - em 1940, instalando-se em São Paulo, cidade que receberia, entre 1926 e 1942, o afluxo de mais de 50 mil judeus oriundos sobretudo da Europa Central. Nas duas décadas seguintes, o jovem Roberto – beneficiando-se da ancoragem intelectual e do alto grau de capital cultural de sua família, a julgar pelos padrões brasileiros da época – daria início à sua integração intelectual à sociedade brasileira, que se desdobraria na opção, na segunda metade da década de 1950 (através da mediação de Anatol Rosenfeld, amigo do seu pai e muito importante no seu processo de formação), pelo curso de Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da USP da Rua Maria Antônia. Ao lado de outros jovens filhos de imigrantes judeus – dentre os quais, por exemplo, seu “velho amigo” Michael Löwy – o jovem Roberto fará parte de uma geração para a qual, sobretudo no plano intelectual, ser judeu era em certa medida um trunfo.

Na FFCL-USP, em 1958, Roberto Schwarz fora convidado a participar do assim chamado “Seminário Marx”, ao lado de alguns outros poucos alunos, como o já citado Michael Löwy, estudante de ciências sociais como ele, o estudante de filosofia Bento Prado Jr. e o estudante de economia – este um pouco mais velho que os outros - Paul Singer. Sem dúvida, a participação nos seminários quinzenais de leitura d’*OCapital*,

organizados por professores como José Arthur Gianotti (filósofo), Fernando Novais (historiador) e os dois assistentes de Florestan Fernandes na cadeira de Sociologia, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, constituiu um momento decisivo da formação do então jovem estudante Roberto Schwarz, situando-o desde cedo na órbita de uma certa tradição marxista-acadêmica brasileira que, dali em diante, seria a matriz teórica de um conjunto de reflexões intelectuais críticas sobre o país.

Mais tarde, nas décadas subsequentes, já de mudança para o campo da crítica literária³, domínio no qual seria professor da Unicamp entre 1978 e 1992, Roberto Schwarz foi responsável por uma das mais importantes reflexões intelectuais sobre o processo de “má-formação nacional”, opondo-se tanto ao nacionalismo estreito dos defensores da “originalidade” irredutível do país, quanto ao universalismo abstrato, que transplanta mecanicamente para a periferia modelos de desenvolvimento histórico filtrados de outras realidades nacionais. Na contramão dos esquemas simplistas que almejavam “encaixar” a sociedade brasileira em algum modelo universal e supra-histórico do desenvolvimento (ou do “progresso”) histórico, Schwarz exploraria, sob a influência de alguns dos seus professores também membros do seminário, as tensões (e o sentimento de desajuste daí decorrente) entre a vida ideológica local e os modelos europeus (inclusive o marxismo) que nos serviram como parâmetro analítico, transformando-as, essas tensões, em problemas fecundos para a reflexão nacional, cuja experiência periférica permitiria retomar sob outra perspectiva – mais problematizada - algumas das questões desenvolvidas pela teoria crítica oriunda do centro do sistema.

Nessa perspectiva, o objetivo desse texto é apresentar, à luz das transformações do contexto histórico-social da época, alguns aspectos centrais da trajetória e da obra intelectual de Roberto Schwarz. Toma-se como ponto de partida (e de chegada) a hipótese de que foi essa desconfiança crítica em relação às ideologias modernizadoras e desenvolvimentistas, a partir do final da década de 1960, que possibilitou (se não estimulou) a Roberto Schwarz “antecipar”, por assim dizer, situando-se na periferia do

³ Já a partir do segundo ano da graduação em Ciências Sociais, Roberto Schwarz diz que começou “a ficar abatido com o lado empírico da pesquisa sociológica” (Florestan Fernandes!); em suas palavras: “o levantamento e as tabulações não eram comigo” (2012, p. 284). Nessa mesma época, a literatura já passara ao centro dos interesses do jovem Schwarz, que escrevia pequenos artigos de crítica literária nos suplementos literários de jornais como a Última Hora e, depois, *O Estado de São Paulo*.

capitalismo, a exaustão histórica dos processos de modernização, exaustão mais tarde apontada por Robert Kurz no livro – não por acaso muito apreciado por Schwarz – *O Colapso da Modernização*. A inescapável “má-formação nacional” do Brasil – de onde a emergência do “ornitorrinco” de que fala Francisco de Oliveira –, estimulou, assim, uma crítica não apenas das deformações intrínsecas a uma formação histórica “retardatária”, senão também uma crítica da própria da própria “normalidade” burguesa em seus centros especificamente “modernos” – já que, na periferia do sistema, a exceção já era regra há muito tempo. Através de um ensaísmo centrado na crítica literária e cultural, Roberto Schwarz logrou, então, na melhor tradição do marxismo ocidental à qual se vincula (Adorno, Benjamin, Lukács, Brecht), elaborar uma das mais originais análises sociais do processo de modernização e de formação nacional à brasileira, elaborando aspectos decisivos do que se poderia designar uma “teoria social crítica à brasileira”.

À diferença das modalidades de sociologias dos intelectuais que privilegiam a análise das trajetórias biográficas dos autores – como se estas, articuladas aos dispositivos internos da vida intelectual, determinassem o conteúdo de suas produções e de suas obras, assim como, por consequência, suas posições materiais e simbólicas no interior da estrutura social –, pretende-se aqui restabelecer a importância das ideias como força social reflexiva, investigando-as em sua relação com as transformações do contexto histórico-social, das lutas culturais, intelectuais, políticas e, tão importante quanto, das mudanças sofridas pela “visão de mundo” à qual se filia o intelectual em questão⁴. Tratar-se-á, portanto, no caso aqui em

⁴ No Brasil, tal sociologia dos intelectuais focada na análise biográfica encontra nas formulações de Sérgio Miceli sua expressão mais completa. Em “Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-45)”, de 1979, Miceli atribui um privilégio metodológico central à análise da biografia dos intelectuais em questão, enfatizando a compreensão do “perfil de seus investimentos na atividade intelectual, em detrimento do conteúdo de suas obras, tal como aparece reificado na história das ideias” (MICELI, 2001, p.210). Em texto sobre Roberto Schwarz, Miceli defende essa mesma perspectiva, afirmando que “a sua [de Schwarz] inserção na sociedade brasileira – como a experiência de sentir-se prensado entre o alemão e o português, entre dois universos culturais de expressão e pensamento – me parecem bem mais esclarecedoras do feito assumido por seu projeto intelectual do que a toada de filiação teóricas e sintonias militantes” (MICELI, 2007, p.61). Para uma excelente crítica à perspectiva de Miceli em relação à sociologia dos intelectuais, e ao pouco espaço que ela reserva à produção intelectual propriamente dita, ver Bastos e Botelho (2010).

análise, de investigar a relação entre a produção intelectual de Roberto Schwarz, as lutas políticas, as mudanças na visão de mundo marxista, e as transformações da sociedade brasileira das últimas décadas, com ênfase nas modificações (políticas e culturais) do processo de modernização à brasileira e dos debates intelectuais sobre a “formação” de uma “nação moderna” no país.

Parte-se do pressuposto de que entre ideias, trajetórias intelectuais e contexto histórico-social e político configura-se uma relação complexa e não-determinista, no âmbito da qual a produção teórica resguarda sua importância na definição das conexões de sentido que percorrem a realidade social em seus antagonismos e tensões. A sociedade não constitui, assim, elemento “externo” condicionante à reflexão teórica, mas sim um aspecto “internalizado” pela produção intelectual do autor. Analisar a trajetória e a obra de Roberto Schwarz significa, portanto, analisar a forma através da qual ele “internalizou” os debates intelectuais e políticos em torno da formação nacional nos diferentes momentos do processo de modernização. Os dados “biográficos” são importantes apenas na medida em que inseridos nesse conjunto mais amplo de determinantes, que se condensam no texto e cuja apreensão é tarefa da “crítica imanente”.

ENTRE CRÍTICA LITERÁRIA E ANÁLISE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA INTELLECTUAL À BRASILEIRA

Em seus estudos de crítica literária, além da influência fundadora do marxismo acadêmico paulista, bem como de um conjunto de referências do “marxismo ocidental” europeu (Lukács, Benjamin, Brecht e, sobretudo, Adorno), Roberto Schwarz inspira-se nos trabalhos de Antônio Candido sobre a literatura brasileira, mais precisamente, na sua forma particular de articular dialeticamente análise estético-literária e reflexão histórico-social. Em seu memorial para concurso, apresentado em 1990 na Unicamp, Roberto Schwarz destacou que seus estudos sobre os ajustes e desajustes entre a forma do romance brasileira e a estrutura social de um país de extração colonial repousava sobre um amálgama de quatro vertentes: 1) a visão do romance brasileiro de Antônio Candido; 2) o marxismo desenvolvido pelos integrantes do seminário d’*O Capital*; 3) as análises de Lukács, Adorno e Benjamin sobre o conceito de forma artística, com

sua ênfase na dimensão histórica e social; 4) o procedimento expositivo de Erich Auerbach, através da articulação entre análise de texto e explanação histórica⁵.

Cândido lhe serve como parâmetro para a incorporação da obra dos clássicos da análise cultural marxista a partir das implicações histórico-concretas específicas da realidade social brasileira. Os autores europeus – especialmente Lukács e seu modelo do “realismo crítico” – são, portanto, visualizados antes de tudo como termos diferenciais, cujos procedimentos analíticos devem ser necessariamente transfigurados à luz do desenvolvimento muito mais complexo do romance em uma formação social bastante distinta: a brasileira (RICUPERO, 2013, p. 526). Nos ensaios de Antônio Candido sobre o processo de “formação” da literatura brasileira – que serão o ponto de apoio “nacional” de sua tese de doutorado *Ao vencedor e as batatas*, e, mais tarde, de suas análises sobre o segundo Machado de Assis contidas em *Um mestre na periferia do capitalismo* –, Roberto Schwarz visualiza em ato a existência de um tratamento refinado da “reversibilidade” entre análise literária e análise social, em oposição tanto ao “conteúdismo” simplista do marxismo vulgar – que começa sempre pela contextualização do panorama da época para em seguida inserir, se não “encaixar”, a obra que se pretende explicar –, quanto do formalismo abstrato, cuja afirmação da autonomia absoluta do estético liquida qualquer possibilidade de análise histórica do objeto em questão. Tal como ele demonstra no ensaio “Adequação nacional e originalidade crítica” (de 1992), que toma como ponto de partida o ensaio de Candido (1991) sobre *O Cortiço*, de Aloísio Azevedo, a chave para a compreensão dialética simultânea das dimensões literárias e extraliterárias (quer dizer, histórico-sociais) encontra-se na própria noção de “forma”, entendida como uma “forma objetiva”.

No campo dos estudos literários, a noção de “forma objetiva” – desenvolvida, no plano teórico, na *Teoria Estética* de Adorno – procura dar conta da articulação heterogênea de relações histórico-sociais, “que faz da historicidade, a ser decifrada pela crítica, a substância mesma das obras” (SCHWARZ, 1999, p.30); as consistências ou inconsistências formais destas últimas são portadoras da “historiografia inconsciente” do tempo

⁵ Sobre a presença de Auerbach nas reflexões de Schwarz, tema que aqui não será tratado, remetemos ao texto de Leopoldo Waizbort (2007).

(SCHWARZ, 2012, p.46). A realidade social “extraliterária” não constitui um elemento “externo”, cujas grandes linhas as obras ilustrariam, mas sim um aspecto “internalizado” pela própria operação de “formalização estética”, de modo que o vínculo entre forma artística e história social deve ser analisado caso a caso pela crítica, a fim de revelar a experiência social modelada pelo escritor. À diferença das tentativas de fixar um modelo *apriorístico* de análise, Candido – que também formulara, praticamente em paralelo a Adorno, uma noção materialista da forma literária - destaca a pluralidade de relações possíveis entre o romance e a realidade, ou seja, a multiplicidade de momentos miméticos que tão-somente a *crítica imanente* é capaz de captar.

Partindo dessa perspectiva, Schwarz descortina, pelo prisma da literatura, um aspecto importante do processo de formação de uma “consciência nacional”, revelando, ao mesmo tempo, as tensões inevitavelmente presentes nos esforços de adaptação às singularidades do país dos esquemas romanescos oriundos de outro contexto histórico e geográfico – o contexto europeu. Em sua tese de doutorado, defendida em 1976, na França, e depois publicada sob o título *Ao vencedor as batatas*, analisando “a importação do romance” em José de Alencar, assim como nos primeiros romances de Machado de Assis, Roberto Schwarz demonstra os impasses da apropriação dos modelos europeus e das tentativas de adaptá-lo diretamente à realidade social brasileira.

Não por acaso, o primeiro capítulo da tese é constituído pelo texto clássico – que acabou ganhando vida própria – “As ideias fora do lugar”, no qual essas tensões entre a “norma” europeia-moderna e a realidade nacional são analisadas sob a ótica do sentimento intelectual de desajuste que demarcava as condições de possibilidade da vida cultural do país no século XIX e, sob outras condições, também no XX. A partir da aparente contradição entre o raciocínio econômico e os princípios do liberalismo e a realidade nacional determinada pelo trabalho escravo e pela lógica do favor, Schwarz destacava o funcionamento específico desses princípios no Brasil, país no qual “adotávamos sofregamente os [argumentos] que a burguesia europeia tinha elaborado contra [o] arbítrio e [a] escravidão” (SCHWARZ, 2000, p.17). De modo que, por aqui, as ideias e razões europeias “podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor” (2000, p.18).

Criava-se, assim, uma situação paradoxal em que “as ideias liberais não se podiam praticar” inteiramente, “sendo ao mesmo tempo indiscartáveis”, na medida em que diziam respeito aos princípios de funcionamento ‘moderno’ do capitalismo europeu ao qual o país, queira-se ou não, estava indissociavelmente atrelado. Esse desajuste é o ponto de partida, como matéria e como problema, para a literatura e a vida cultural como um todo. Engendra, na verdade, uma experiência intelectual específica.

A constatação dessa tensão e/ou desajuste entre realidade local e modelo europeu resultava de uma reflexão intelectual na qual a sociedade brasileira era compreendida em sua relação com o desenvolvimento global do capitalismo, e cujo caráter periférico era “necessário” ao movimento e à reprodução do centro “moderno” do sistema. Por isso mesmo, no fundo, ao contrário das leituras que se recusaram a enxergar a ironia do título do texto, para Schwarz as ideias burguesas-liberais estavam e não estavam “no lugar” na sociedade brasileira do século XIX, tal como ele enfatizou mais recentemente, em uma conferência proferida em Buenos Aires, em 2009, na qual sustenta – em contraposição às críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco e de Alfredo Bosi - que o título aludia, à época, mais a uma sensação comum de desajuste e de dissonância do que a uma opinião ou prognóstico, uma vez que, no limite, as “ideias têm sempre alguma função, e nesse sentido sempre estão no seu lugar” (2012, p.170)⁶. Assim como o capitalismo pode muito bem conviver com a escravidão, o liberalismo sempre “se adaptou” sem grandes problemas à convivência subordinada de relações sociais e mesmo institucionais “não-modernas”. É no processo dessa “adaptação” que se encontra o sentimento de desajuste: num país

⁶ Dentre as críticas à tese de Schwarz sobre as “ideias fora do lugar”, as mais conhecidas provêm de Carlos Nelson Coutinho, de Alfredo Bosi e, sobretudo, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, curiosamente – como se verá - a principal inspiração da atenção dada pelo crítico ao papel do favor na sociedade brasileira do século XIX. Para Maria Sylvia, “as ideias estão no lugar” porque centro e periferia formam parte de um mesmo modo de produção, cuja “conteúdo essencial” é o “lucro” (1976, p.621), malgrado o fato de constituírem momentos distintos do processo de produção e reprodução do capitalismo; não haveria, portanto, um choque frontal entre capitalismo e escravidão, e tampouco uma relação de “exterioridade” entre ideias (deslocadas) e ambiente social. Na conferência de 2009, intitulada, não por acaso, “Por que ‘ideias fora do lugar?’”, Roberto Schwarz (2012, p.165-167) insistiu que, para ele, “nunca [...] ocorreu que as ideias estivessem no lugar errado, nem aliás que estivessem no lugar certo”. Em sua opinião, o fato das ideias terem funcionalidade para a opressão local, como indica Bosi (1992), não exclui o sentimento de desajuste que, numa realidade periférica, elas possam ter, e tampouco a sensação, partilhada mesmo por seus adeptos, de deslocamento e de aparente inadequação. Foi a partir desse “estranhamento brechtiano” que o autor concebeu ironicamente o título do ensaio. Para uma confrontação entre os argumentos de Schwarz e o de seus críticos, ver os dois ótimos textos de Bernardo Ricupero (2008, 2013).

como o Brasil do século XIX, as ideias “têm função e dão a impressão de estarem fora do lugar – ao mesmo tempo” (2012, p.154).

As inspirações centrais no campo da reflexão histórico-social, como reconhece o próprio Schwarz, eram as teses do seu antigo professor e prócer do seminário d’*O Capital*, Fernando Henrique Cardoso e, em menor medida, o trabalho da própria Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os *Homens livres na ordem escravocrata* (1983). Da primeira tese de Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1997), Schwarz retomava a ideia, fundamental no seu texto, de que a escravidão não era exatamente contraditória com a “norma” internacional capitalista, funcionando, ao contrário, como face oculta de muita utilidade à sua reprodução. As “taras” da sociedade brasileira, escreve ele, “objetivadas em sua estrutura sociológica ou de classes, não devem ser concebidas como *resquícios* do passado colonial”, e tampouco como meros “*desvios* do padrão moderno (coisa que entretanto elas também o são)”, e sim como “partes integrantes da atualidade em movimento, como resultados funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea, a qual excede os limites do país” (SCHWARZ, 1999, p. 95). É isso o que explica que, “atrás da fachada liberal havia [no século XIX] um mundo mental quase clandestino, sobretudo do ângulo europeu oficial” (SCHWARZ, 2008, p. 149), um mundo assentado sob a vigência da escravidão, mas que era complementar e historicamente necessário ao desenvolvimento “burguês-liberal” de alguns países do centro capitalista.

No trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco, cuja documentação de base eram os processos-crime da comarca de Guaratinguetá, no interior de São Paulo, Schwarz visualizara, do mesmo modo, como até mesmo o caipira - o homem livre e pobre brasileiro -, talvez o mais localista de nossos tipos sociais, era estruturalmente complementar a uma certa forma de desenvolvimento do capitalismo, no âmbito de um modo particular de propriedade com objetivos econômicos. Em seu livro, “Maria Sylvia salientava o vínculo de estrutura entre a categoria mais relegada e confinada do país – os homens pobres do interior – e a configuração da riqueza e do poder mais avançados, tal como se haviam desenvolvido na civilização do café” (SCHWARZ, 1999, p. 97). Na interpretação de Schwarz, no país da ordem escravocrata, os donos da terra (e do poder) relacionavam-se com moradores e dependentes “ora como

apadrinhados, com os quais têm obrigações morais, ora como estranhos, sem direito a morada ou proteção”, a depender dos interesses econômicos do momento (SCHWARZ, 1999, p.97). Longe de infirmar a possibilidade do progresso, essa situação de aparente paradoxo traduzia um leque de opções e de liberdade às classes dominantes muito bem explorado pela lógica do desenvolvimento capitalista da época, inclusive e sobretudo pelos países pretensamente “liberais” do centro do sistema, que se beneficiavam da superexploração do trabalho na periferia.

A grandeza do segundo Machado de Assis, posterior ao clássico *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), estaria, nesse contexto - como Roberto Schwarz buscava demonstrar em *Um mestre na periferia do capitalismo*⁷-, na sua capacidade de “internalizar”, via construção de uma forma literária específica, as condições histórico-sociais do país no século XIX. Machado de Assis, em um momento em que havia se completado a “formação da literatura brasileira” (no dizer de Antônio Candido), soube tirar proveito da complexidade da vida social do país, reiterando em nível formal o deslocamento próprio da vida ideológica e cultural brasileira em relação à Europa. Nas *Memórias...*, por exemplo, as satisfações do narrador decorrem exatamente - a partir da mimetização da “volubilidade” das classes dominantes brasileiras - do “desacato ao sistema das virtudes burguesa, invocado para isso mesmo, o que entretanto não impede que ele tenha vigência” (1987, p. 124). Com isso, conforme a interpretação do crítico, em Machado de Assis, é como se as ideias (no caso, a literatura), enfim, deixassem de estar fora do lugar, adaptando-se - sem renegar os ganhos da “importação” alguns dos procedimentos formais do romance europeu - às complexidades do país periférico. Na composição de sua forma literária, Machado foi capaz de desvendar a forma social constitutiva do país, forma esta que veio a servir de alicerce fundamental para que o próprio crítico (Roberto Schwarz) pudesse sistematizar o método dialético de uma crítica literária que era ao mesmo tempo uma interpretação do Brasil (QUERIDO, 2010, p. 81).

⁷ O título *Um mestre na periferia do capitalismo* remete à fórmula de Walter Benjamin sobre Charles Baudelaire, *Um lírico no auge do capitalismo*.

AS IDEIAS EM SEU LUGAR: “AUTOCONSCIÊNCIA DIALÉTICA” E NOVA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

Nessa empreitada, Roberto Schwarz valeu-se do alto valor histórico-cognitivo da análise literária para a compreensão da experiência (e da “má-formação”) nacional de um país periférico como o Brasil. Por aqui, a literatura significou, durante muito tempo, o principal instrumento de revelação da experiência nacional. À diferença da situação europeia, na qual o ensaísmo de esquerda ancorava-se na presença de uma teoria social avançada, “no contexto brasileiro [da época], pobre em reflexão crítica sobre a sociedade, o rendimento extraliterário dessa potência de revelação [literatura] das formas oferece campo e tem oportunidade excepcional” (SCHWARZ, 1999, p.44), como se vê nos ensaios de Antônio Candido, que lançou à visão histórico-sociológica do país “um olhar atravessado pela experiência e pela análise literárias, em cujo alto valor de revelação ele acredita e a que deve as suas descobertas” (SCHWARZ, 2012, p.287).

À luz e a partir da literatura, Candido formulou uma reflexão original sobre a experiência histórica do Brasil. A crítica assume, aqui, em sintonia com “jovem” Walter Benjamin de *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*, um papel ativo, construtivo, “complementar”, almejando visualizar as múltiplas conexões de sentido (que não são óbvias e muitas vezes independem da intenção explícita do escritor) entre literatura e sociedade, e isso no interior da obra mesma. Uma vez que a figuração literária é um modo substantivo de pensamento, cabe à crítica dialética “reconstruir” o modo pelo qual a experiência histórico-social do país é engendrada “objetivamente” na configuração estética da obra, de forma que a análise literária seja ela mesma, embora mediatizada pela autonomia relativa da arte, uma interpretação intelectual da realidade brasileira.

É sob essa ótica – legada por Candido, de quem ele assistiu ao último curso de sociologia, em 1958 – que Roberto Schwarz logrará, a partir de meados da década de 1970, elaborar umas das mais sofisticadas análises do processo de “má-formação” nacional, em oposição tanto ao universalismo abstrato implícito na transplantação mecânica, inclusive e sobretudo à esquerda do espectro político e intelectual, dos modelos europeus de desenvolvimento (modernizador), quanto aos defensores da originalidade irredutível da nação periférica. Em um contexto no qual as ilusões associadas à aposta no papel integrador que resultaria da

modernização nacional-desenvolvimentista se mostravam cada vez mais anacrônicas, Schwarz foi capaz de dar umas das mais valiosas contribuições para a compreensão dos dilemas do progresso à brasileira, o qual, longe de significar um avanço linear que deixaria pra trás o atraso nacional, na linha dos próceres da “razão dualista”, revelava, na verdade, uma reposição permanente dos aspectos do passado profícuos à reprodução “moderna” do capitalismo no país.

Para isso, foi de fundamental importância a constatação – que contrariava “a previsão dos progressistas” – de que ao golpe conservador de 1964 seguiu-se um intenso surto industrial, sem que, porém, se cumprissem minimamente as promessas integradoras e civilizatórias a que se acostumava associar o progresso econômico. Com a implementação da ditadura, e seu relativo sucesso no plano do desenvolvimento econômico do país, é como se o progresso outrora almejado pela esquerda já estivesse em marcha, de modo que a condição do subdesenvolvimento significava já o “futuro” no presente, que não cessava de repor em novas bases aspectos aparentemente insuperáveis do “atraso” vinculado ao passado. Assim, na contramão das formulações – até então bem respaldadas na esquerda política – de que só poderia haver efetivo desenvolvimento econômico se este estivesse atrelado ao progresso social integrador do país, a ditadura brasileira mostrava que era, sim, possível o desenvolvimento de um país subdesenvolvido como o Brasil, sem que para isso fosse absolutamente necessária a superação efetiva do seu travejamento social “arcaico”.

Aprendendo esse conjunto de complexidades “dialéticas”, por assim dizer, Roberto Schwarz logrou constituir, já em meados da década de 1970, uma visão crítica em relação à aposta da esquerda política e intelectual na radicalização desenvolvimentista da modernização a fim de superar o “atraso” do subdesenvolvimento. Embora de forma muito mais refinada do que nas versões “tradicionais” do nacional-desenvolvimentismo “dualista” (do PCB, do ISEB ou da CEPAL, por exemplo), esse “progressismo” estava igualmente presente nas perspectivas dos autores que participaram do “seminário d’*O Capital*”, uma vez que, ali também, em correspondência àqueles anos de desenvolvimentismo, “o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar na direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que

o capitalismo criou e de que aqueles impasses faziam parte” (SCHWARZ, 1999, p.104).

À luz de uma ótica de análise centrada na percepção do desenvolvimento desigual e combinado (para retomar a célebre fórmula de origem trotskista) - na qual, sob o capitalismo, nenhum país pode ser compreendido isoladamente, abstraindo-se suas relações com a reprodução “global” do sistema -, Roberto Schwarz atinou com a necessidade de uma crítica mais radical e profunda da própria lógica da modernização em que a esquerda almejava pegar carona, como se, aproveitando as suas brechas, fosse possível desviá-la num sentido progressista, de verdadeira integração nacional. A emergência da mundialização, associada ao congestionamento histórico da modernização em sua feição “clássica”, coincide com o fim do ciclo da busca pela “construção nacional”, cujas travas (ou “obstáculos”, na linguagem sociológico-weberiana de Florestan Fernandes) seriam uma decorrência dos limites do desenvolvimento e do progresso no país. A congênita e persistente “má-formação nacional” não seria senão, portanto, um momento “necessário” da lógica de reprodução mundializada do capitalismo, de tal forma que, de agora em diante, “o mito da convergência providencial entre progresso e sociedade brasileira em formação (ou latino-americana) já não convence” (1999, p.161).

Nesse contexto, em que a mercantilização - sob a forma de “progresso” - da vida social e natural avançava (e continua a avançar) a passos largos, seria preciso enfrentar, mesmo e sobretudo em país da periferia do capitalismo, “na plenitude complicada e contraditória de suas dimensões presentes, que são transnacionais”, as relações de “definição e implicação recíproca entre atraso, progresso e produção de mercadorias, termos e realidades que se tem de entender como a precariedade e a crítica uns dos outros, sem o que a ratoeira não se desarma” - tarefa inconcebível até mesmo para os participantes do “seminário de Marx”, que restavam pautados pela “estreiteza da *problemática nacional*, ou seja, pela tarefa de superar o nosso atraso relativo, sempre anteposta à realidade” (1999, p.104-105). Em outras palavras, trata-se da necessidade de retomada da crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria, cuja *negatividade* - na contramão da *positivação* modernizadora - Roberto Schwarz encontrará em termos renovados na obra de Robert Kurz sobre “o colapso da modernização”, o

que lhe permitiria reatar em forma atualizada com a crítica adorniana da modernidade.

No livro de Kurz, do qual ele foi responsável pelo prefácio da edição brasileira (de 1991), Roberto Schwarz reteve uma crítica atualizada do capitalismo contemporâneo, em um momento em que, após a emergência da chamada “terceira revolução industrial”, os processos de modernização (seja no “terceiro mundo” ou nos países ditos “socialistas”) entram em colapso. Para Kurz (1991), o “socialismo de caserna” da ex-URSS e do leste europeu teria servido, acima de tudo, como cobertura ideológica a um esforço retardatário e monumental de industrialização nacional, de modo que a sua derrocada explicita tendências e impasses do próprio capitalismo global contemporâneo. Assim, como diz Schwarz, a *débâcle* do “socialismo”, assim como dos empenhos de modernização dos países retardatários de uma maneira geral, representariam “o início da crise do próprio sistema capitalista, bem como a confirmação do argumento básico de *O Capital*” (1999, p.182), uma crise, aliás, sobre a qual o chamado terceiro mundo têm muito a dizer e a mostrar. O “colapso da modernização”, ou melhor, daquela modernização vinculada aos impulsos da segunda revolução industrial, procede da periferia para o centro, “ou seja, começou pelo terceiro mundo, foi aos países socialistas e já chegou a regiões e bairros inteiros nos países ricos” (SCHWARZ, 1999, p.183).

Em nível proporcional às esperanças nas consequências (sociais, políticas e culturais, mais além de meramente econômicas) aí depositadas, o colapso da modernidade fez-se sentir, na periferia do sistema, como um duro golpe nas expectativas de que o país, afinal, *tinha de dar certo*. No Brasil, de uns tempos pra cá, malgrado a persistência aqui e ali de perspectivas “neo-desenvolvimentistas” retocadas, pode-se notar que os “subsídios, endividamentos e decênios de sacrifício humano brutal não trouxeram a prometida modernização da sociedade, quer dizer, a sua reprodução coerente no âmbito do mercado global, agora mais remotas do que nunca” (SCHWARZ, 1999, p.185). A partir dos anos 1980, esgotado o “milagre econômico” do decênio anterior, “ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista”, mesmo aquele reapropriado pela direita a partir de 64, “se havia tornado uma ideia vazia, ou melhor, uma ideia para a qual não havia mais dinheiro”, uma vez que, nas novas condições de tecnologia, “as inversões necessárias para completar a industrialização e a integração social

do país se haviam tornado tão astronômicas quanto inalcançáveis”. Assim, “o nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação – e começava o período contemporâneo, que [...] poderíamos chamar de ‘nosso fim de século’” (SCHWARZ, 1999, p.158).

É este o dilema “trágico” ao qual o país entrou nas últimas décadas, dilema bem representando pela metáfora – alcunhada por Francisco de Oliveira, sob a inspiração de algumas das ideias de Schwarz⁸ – do “ornitorrinco”, “bicho que não é isso nem aquilo” e que exprime uma situação na qual não há mais possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas propiciadas pela segunda revolução industrial, e tampouco de avançar sob o imperativo do conhecimento técnico-científico associado à chamada “terceira revolução industrial”. Nesse contexto, restariam apenas as novas formas de “acumulação primitiva”, tais como as privatizações que, por outro lado, sob o domínio do capital financeiro, “são apenas transferência de patrimônio” não constituindo, a bem dizer, processos de acumulação.

A FRATURA BRASILEIRA DO MUNDO: A ATUALIDADE DO “PONTO DE VISTA DA PERIFERIA”

Em seus textos mais recentes, muitos dos quais inseridos no volume *Martinha versus Lucrecia* (2012), Roberto Schwarz buscará repensar, à luz das novas condições de possibilidades, a relação entre centro e periferia, chegando a desdobramentos cuja originalidade talvez ainda não tenha sido totalmente apreendida. Se, fiel à negatividade adorniana, e forjando sua experiência político-intelectual em meio ao início desse processo de desagregação – sobretudo a partir da década de 1970 -, Roberto Schwarz jamais alimentou muitas ilusões quanto às virtudes (para a esquerda) emancipatórias vinculadas à radicalização do ciclo nacional-desenvolvimentista - sem, ao mesmo tempo, desmerecer suas potencialidades -, desde o início dos anos 1990, com a descoberta do livro de Robert Kurz e com a emergência brasileira do neoliberalismo, essa visão crítica da modernização desdobra-se em uma análise cujo escopo vai muito

⁸ Nas palavras de Oliveira (2007, p. 149), “o *Ornitorrinco* muito deve a ele (Schwarz). Em ‘Fim de século’, ensaio que está em *Sequências Brasileiras*, o animal está lá”.

além da periferia do sistema, transformando-se em uma crítica da própria modernidade capitalista realmente existente como um todo.

Nas últimas décadas, as “patologias” (como diria Habermas) da modernidade periférica revelam alguns dos aspectos inesperados da própria “normalidade” moderna dos países centrais que, até então, nos servia de referência e de horizonte regulador. Assim, se por muito tempo “tendemos a ver a inorganicidade, e a hipótese de sua superação, como um destino particular do Brasil”, de agora em diante, cada vez mais, “ela e o naufrágio da hipótese superadora aparecem como o destino da maior parte da humanidade contemporânea, não sendo, nesse sentido, uma experiência secundária”, nas palavras de Schwarz (1999, p.58) em uma conferência de 1998 sobre *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Candido (1993). Assiste-se, assim, ao que se denomina uma “brasilianização” (ou “periferização”, na linguagem de Paulo Arantes) do mundo, mas não no sentido de uma assimilação entre centro e periferia, e sim no de uma certa universalização (desigual, é claro) dos problemas normalmente exclusivos a esta última.

Não se trata, portanto, de um afrouxamento das relações de subordinação entre os países. O “alívio” provocado pela “desconstrução” meramente conceitual do primado da origem e das hierarquias entre centro e periferia – tão presente em Derrida e seus discípulos – não anula o processo de subordinação concreta entre os países. A periferia continua periferia, “Martinha [continua estando] para Lucrécia como o Brasil para os países adiantados” (SCHWARZ, 2012, p.40). Ocorre que, em ritmo crescente, sem amenizar as desigualdades de praxe, os países do centro do sistema testemunham a proliferação de dilemas e dramas sociais que, até então, pareciam confinados ao lado desvirtuado – e subdesenvolvido – da reprodução capitalista. Em tempos de acumulação flexível, a fluidez ordem-desordem, típica da formação social brasileira, transforma-se em algo como o “estado de exceção permanente” de uma periferização do mundo, de tal forma que o Brasil pode ser visto hoje como um “laboratório do desenvolvimento desigual e combinado de um capitalismo que parece continuar o mesmo” (ARANTES, 2004, p.77).

Essa situação “universaliza”, carregando-as de atualidade, as teorias críticas produzidas na periferia do sistema. Dos elos mais débeis da reprodução capitalista, com os problemas que lhes correspondem,

aparecem de forma mais aguda as mazelas e os limites do “progresso” até outrora modelo. Isso explica porque, a partir do que poderíamos denominar “ponto de vista da periferia”, surgiram respostas intelectuais e artísticas profundamente originais, difíceis de visualizar quando situadas sob o ângulo da linha evolutiva do progresso de alguns países centrais. O sentimento de descompasso aqui presente abre novas possibilidades cognitivas, permitindo um olhar para além das categorias normativas do “centro” do sistema. Ele estimula, assim, um esclarecimento dos seus alcances e limites, quer dizer, o caráter risível da sua pretensão de universalidade. “Fora do seu lugar” de origem, é como se as ideias adquirissem potência de revelação (CEVASCO, 2007, p.20).

Em ensaio de 2006, “Leituras em competição”, no qual analisa os impactos da “canonização” internacional de Machado de Assis, Roberto Schwarz reafirma a marca eminentemente nacional do escritor brasileiro, não para restringi-lo aos limites do país, mas sim para destacar a sua capacidade de, a partir da filiação a uma experiência local, constituir uma obra de grandeza “universal”. “Foi no ambiente de injustiças nacionais [...] que o achado universalista adquiriu a densidade e o impulso emancipatório indispensáveis a uma ideia forte de crítica” (SCHWARZ, 2012, p. 29). Ao contrário das leituras internacionais contemporâneas, para as quais Machado seria um “escritor plantado na tradição do Ocidente, e não em seu país” (2012, p.21), como se no Brasil ele próprio fosse alguém “fora do lugar”, Schwarz sustenta que um escritor como Machado só poderia existir, com a grandeza que lhe é peculiar, em um país da periferia do capitalismo como o Brasil (o mesmo se poderia dizer, *mutatis mutandis*, do próprio Roberto Schwarz)⁹. Trata-se, então, de uma pequena “vantagem do atraso”, intelectual e simbólica, que Machado soube bem aproveitar, e que serviu mais tarde – e a obra de Roberto Schwarz o testemunha – de propedêutica para antecipar algumas das tendências pelo capitalismo contemporâneo, quando a fratura social não é mais privilégio da periferia (QUERIDO, 2013). Agora, é como se o “presente [fizesse] ver no passado

⁹ Para Antônio Candido, em consonância ao sentimento de dualidade da vida intelectual de um país como o Brasil, Roberto Schwarz elaborou uma forma de análise crítica a partir de um “olhar duplo”, de “dentro e de fora”, que se vinculava à sua história pessoal de brasileiro de origem austríaca (de cultura alemã). Segundo Candido (2007, p.16), essa condição permitiu-lhe “ver o Brasil como quem é de dentro e de fora por natureza, o que produz uma combinação *sui generis* de estranhamento e familiaridade, a qual deve ter contribuído para o cunho singular da sua lucidez analítica”, inclinando-o para os temas e as ideias de oposição e contraste, tão decisivas para entender um país como o Brasil.

sobretudo o prenúncio do impasse atual, impugnando as evidências externas do progresso” (SCHWARZ, 2012, p.136)¹⁰.

RUPTURA DE ÉPOCA E ATUALIZAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA À BRASILEIRA

Desde o fim da década de 1960, à luz de uma relação aberta e inventiva com uma visão de mundo específica, situada à esquerda do espectro político e intelectual (o marxismo), Roberto Schwarz fez de suas reflexões um testemunho ativo das transformações históricas pelas quais passava o Brasil. Mesmo tendo “abandonado” a sociologia profissional, para se dedicar à análise literária, seus ensaios constituem, no limite, uma das mais fecundas interpretações sociais do Brasil das últimas décadas, até os dias contemporâneos. *Et pour cause*. Através do prisma da crítica literária, o ensaísmo de Schwarz concentrou-se quase sempre na análise concreta de temas e situações, demonstrando um respeito pela singularidade e, em certa medida, pela irreducibilidade do objeto, na contramão do apego a um método previamente definido, abstrato e apriorístico, o qual tratar-se-ia de “aplicar” à análise de um assunto particular.

Assumindo plenamente os desafios associados à uma experiência intelectual na periferia da modernidade capitalista, Roberto Schwarz esquivou-se, assim, da “prisão conceitual” à qual se detinham muitas interpretações “sociológicas” do país, cujas tentativas de “encaixar” o objeto em algum modelo de análise abstratamente definido acabavam por tergiversar a concretude do país e suas contradições específicas. Através de um ensaísmo que, na linha adorniana (2003), pretendia-se uma “dialética em ato”, na qual os conceitos se tornam mais precisos à medida que se relacionam entre si, Schwarz mobiliza os autores que lhes servem de referência (Marx, Adorno, Lukács, Benjamin, Brecht, Candido, Kurz, dentre outros) a partir dos contornos concretos da experiência social brasileira – a qual impõe sempre o ritmo do andamento da apreensão

10 No dia 25/06/2012, por ocasião de um debate realizado no âmbito do Projeto Temático Fapesp “Formação do campo intelectual e indústria cultural no Brasil contemporâneo”, coordenado por Sergio Miceli e subcoordenado por Marcelo Ridenti, Heloisa Pontes e Maria Arminda do Nascimento Arruda, tivemos oportunidade de debater com o próprio Roberto Schwarz algumas dessas hipóteses vinculadas à “atualidade do ponto de vista da periferia”.

conceitual, respeitando, então, o princípio materialista do “primado do objeto”.

A reflexão ensaística sobre a literatura, ou sobre a cultura em geral, impôs-lhe – no que diz respeito à análise social – uma espécie de “autoconsciência dialética”, como diria Fredric Jameson, profícua à apreensão de uma sociedade complexa como a nossa, uma vez que, além da compreensão do objeto, interroga-se permanentemente sobre o lugar da atividade e da experiência intelectual aí possível, assim como sobre a forma de exposição mais adequada à elaboração de um conteúdo determinado. Roberto Schwarz logrou, desse modo, constituir alguns elementos que, pensados em conjunto, formam o que poderíamos chamar uma “teoria social crítica à brasileira”, fundada em uma atualização permanente que, se parece perder em consistência “científica”, ao menos escapa das tentações do sociologismo reducionista (“marxista”, weberiano ou outro). Ele próprio conseguiu, assim, elaborar parcialmente aquilo que, a seu ver, faltava às reflexões dos membros do seminário d’*O Capital*, a saber, o “alcance histórico-mundial” do subdesenvolvimento e de suas articulações, “capaz de sustentar, suponhamos, algo como as *Minima moralia* referentes ao que é sem dúvida uma das feições-chave do destino contemporâneo” (1999, p.104). Se, nas décadas de 1950 e 1960, até meados dos anos de 1970, a esquerda intelectual estava engajada em encontrar uma solução positiva para o país, nas últimas três décadas não restaria à teoria crítica do país senão a reconstrução da negatividade indispensável para uma crítica da modernidade à brasileira contemporânea e, por conseguinte, da modernidade capitalista em sua totalidade, da qual somos parte.

Empenhando-se nessa tarefa, Roberto Schwarz assumiu um papel de *passseur*, quer dizer, de elo entre duas gerações políticas e intelectuais, entre aquela marcada pelas esperanças positivadoras da modernização dos anos 1950, 60 e meados dos 70, e aquela que, crescendo sob as desilusões da transição democrática incompleta (e, por outro lado, sob as esperanças de uma retomada das lutas sociais das classes subalternas, com a criação do PT), já não podia mais visualizar uma saída para o país nos limites do progresso modernizador. Em entrevista realizada há pouco mais de uma década (2004), quando questionado sobre os seus atuais interesses de trabalho, Roberto Schwarz respondeu: “Gostaria de tirar algumas consequências do que já fiz, especialmente à luz do que aconteceu

depois” (SCHWARZ, 2012, p. 302). Para ele, “a reflexão hoje tem que se redimensionar através do mundo que está se formando à revelia do discurso oficial sobre a modernização e o progresso” (SCHWARZ, 2012, p. 300).

O crítico brasileiro, ainda ativamente presente nos debates intelectuais, nos lega, portanto, para as novas gerações, um inventário crítico decisivo para uma reconstrução de uma teoria crítica no país, embora mais como indicação de um impasse do que como resposta pronta para os dilemas do “novo tempo do mundo”, como diria Paulo Arantes (2014) em livro recente – dilemas que ainda estão por serem decifrados, à luz de uma ruptura de época cujos contornos concretos resistem à mera aplicação das categorias e conceitos herdados. É bem verdade que, no âmbito desse impasse, o próprio crítico chega a conclusões passíveis de questionamento, tal como, por exemplo, seu pendor pela tese “kurziana” (e, no fundo, previamente adorniana) da inatualidade do “marxismo da luta de classes”. Seja como for, para enfrentar os novos desafios que emergiram e ainda continuam a emergir em meio ao “amontoado de ruínas” do capitalismo contemporâneo, Roberto Schwarz compartilha sua obra e sua trajetória intelectual singular, sabendo que, como disse certa vez Walter Benjamin, um “encontro secreto está marcado entre as gerações passadas e a nossa”.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo. A fratura brasileira do mundo. In: ARANTES, Paulo. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004. p. 25-78.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BASTOS, Élide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p.889-919, 2010.
- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.
- CANDIDO, Antonio. De Cortiço a cortiço. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.30, 1991, p.11-129.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- CANDIDO, Antônio. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.13-17.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria, 1983.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, v.1, p.61-64, 1976.
- CEVASCO, Maria Elisa. O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n.16, p. 9-26, 2007.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45). In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 69-291.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.149-152.
- QUERIDO, Fabio Mascaro. Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p.227-233, nov. 2013.
- QUERIDO, Fabio Mascaro. O colapso da modernização periférica: a fratura brasileira do capitalismo mundial. *Aurora*, Marília, n. 6, p.79-88, ago. 2010.
- RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda as “ideias fora do lugar”. *Lua Nova*, São Paulo, v. 73, p. 59-69, 2008.
- RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.03-06, p. 525-556, 2013.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social. Entrevista concedida a André Botelho e Lília Schwarcz. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 67, p.147-194, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-23.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo. Entrevista concedida a Augusto Massi. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 220-226.

WAIZBORT, Leopoldo. Quem herda não furta. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. (org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.33-43.